

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 2 O SISTEMA DE DEFESA DO ARCO SUL E A FRONTEIRA
<b>Autores(as)</b>	Coronel Eduardo de Araújo Bolívar Pêgo (Moderador)
<b>DOI</b>	DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap2">http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap2</a>

<b>Título do livro</b>	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
<b>Organizadores(as)</b>	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
<b>Volume</b>	5
<b>Série</b>	Fronteiras do Brasil
<b>Cidade</b>	Rio de Janeiro
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2020
<b>Edição</b>	1ª
<b>ISBN</b>	978-65-5635-007-3
<b>DOI</b>	DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3">http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## O SISTEMA DE DEFESA DO ARCO SUL E A FRONTEIRA<sup>1</sup>



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

### **Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)**

Agora pela manhã nós temos o que chamamos de apresentações nacionais, e amanhã pela manhã nós teremos apresentações consideradas mais regionais e locais. Eu quero iniciar agradecendo mais uma vez a todos pela presença. Cumprimentar e agradecer aos nossos convidados da mesa, professora Adriana Dorfman, que participou, também, da nossa primeira oficina em Brasília com um debate muito rico. É uma profissional do mais alto nível, uma referência nas discussões de fronteiras e conterrânea de vocês. Espero que vocês tragam questões nas discussões sobre sua apresentação e possivelmente por sua atuação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Mais uma vez, agradecer ao Coronel Eduardo de Araújo, representando o Ministério da Defesa (MD). O MD é um dos grandes parceiros das nossas oficinas: participou das oficinas regionais em Boa Vista, Corumbá e agora aqui, em Uruguaiana. Tem nos atendido prontamente em nossos pedidos, em nossos convites para falar na defesa no âmbito regional. Ao superintendente João Francisco, o convite foi feito ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para que nós tivéssemos uma representação regional, e o superintendente veio nos honrar com

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap2>

sua presença. Nós somos muito gratos. Espero que tenhamos todos uma excelente manhã de trabalho. Diante disso, eu passo a palavra ao Coronel Eduardo de Araújo, para que ele possa fazer suas devidas considerações. Vamos trabalhar inicialmente com meia hora para cada painelistas. Muito obrigado. Coronel, por favor!

### Coronel Eduardo Gonçalves de Araújo<sup>2</sup>



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Bom dia a todos. Gostaria de ressaltar a importância e a satisfação de estar aqui e poder dar uma contribuição ao debate fundamental para nossa região. Só fazendo um parêntese, há cerca de dez anos eu estudava para o concurso da Escola de Combate do Estado Maior e entre as fontes abertas havia o Ipea, e procurava prestar atenção ali porque poderia reforçar o nosso poder de argumentação. O senhor Bolívar me presenteou com um livro, *Fronteiras do Brasil*, que, na época, se eu tivesse lido também com certeza teria um reforço para me preparar com melhores condições. Um trabalho importantíssimo e que procuraremos incorporar dentro da visão da defesa, talvez até um pouco macro, mas que levanta questões importantes para nossa fronteira. Eu vim nomeado do Rio de Janeiro para comandar o batalhão, e nesse ano estamos aprendendo bastante, convivendo com os costumes, as tradições e a problemática que sabemos quem enfrenta. Entretanto, com a ajuda de todos, estamos conseguindo ser bastante felizes em nossa missão.

Eu preparei uma apresentação. A missão proposta pelo MD foi passada para o comando militar de área, com base em Porto Alegre, que decidiu que o próprio

2. Comandante do 22º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado do Exército; representante do MD. Esta apresentação está disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/01\\_oficina\\_arco\\_sul\\_livro\\_5\\_apresentacao\\_eduardo\\_goncalves\\_v\\_22\\_nov\\_2017.pptx](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/01_oficina_arco_sul_livro_5_apresentacao_eduardo_goncalves_v_22_nov_2017.pptx)>.

militar da área podia executá-la. Então, dentro do conhecimento que nós temos e que temos condições de apresentar, vamos fazer as nossas considerações, do MD, sobre o arco Sul para o estudo do Ipea.

Agora apresentaremos um breve roteiro do que procuraremos ambientá-los, de forma que possa atender ao objetivo. Só para situar melhor, nós estamos seguindo as diretrizes das leis federais, tudo que tange ao planejamento da parte da defesa. Nós temos destacado uns documentos, alguns deles elaborados recentemente e que balizam as nossas considerações para a parte da defesa. Isso vai descer para o nível mais setorial e também, no final, vai gerar um conjunto estratégico que norteará a nossa missão, tanto quanto ao preparo quanto ao emprego. Na ponta da linha, é a tropa que vai executar as demandas planejadas pelos níveis superiores.

Esse conceito por vezes é confundido, mas procuramos reforçar a questão da segurança e da defesa. A segurança é aquela condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial; a relação dos interesses nacionais com tensões e ameaças de qualquer natureza; e garantia aos cidadãos o exercício dos direitos e deveres constitucionais, que para nós é a situação ideal de segurança. No que tange à defesa nacional, são medidas do Estado com ênfase na expressão militar para defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas e potenciais, e manifestas.

Então, no âmbito de segurança e defesa, a segurança é mais aquela percepção do que vivemos no dia a dia. Em todas as vertentes, percebemos que a segurança deixa a desejar em algum aspecto. Em parte disso, para que essa segurança possa ser efetivamente atacada ou combatida, agimos com a defesa, que vai abordar todos os aspectos, não só o aspecto militar, para que possa realmente atuar de forma congregada. Então, aquela sensação de segurança aumenta à medida que a defesa impõe algumas ações.

Essa parte vai ser mais para situar, de forma que haja um pouco de entendimento, que compreendemos que a segurança e defesa são interdependentes e complementares. Então, há os quatro níveis de segurança planetária, nacional, coletiva e individual, de reação pública nacional e internacional, emissão de interesses, do mais simples ao geral. Muitos desses instrumentos são coercitivos, ou não, por trás de segurança pública para ações tanto de conflitos extremos como ações para apoiar a comunidade geral, seja na parte interna ou na parte externa.

A questão de conflito também muitas vezes é controlável, e quando é incontrolável já é o caso da guerra propriamente dita. Quando a negociação diminui, entra-se com ação para procurar atender àquela demanda, daquele conflito, daquela crise. São de conhecimento de todos – quanto à destinação constitucional, que é a lei maior – as atribuições subsidiárias que se utilizam de estratégias com fundamentos para o emprego do poder militar, cujas propostas são definidas pela

estratégia da política militar de defesa, um documento do mais alto nível. Então, existem planos do MD que vão subsidiar mais ou menos, preconcebendo como atuar se aquela situação se concretizar. Às vezes, esses planos evidentemente deverão ser atualizados de forma a atender aquela necessidade. Assim, prevê-se o emprego do poder militar visando à consecução e à manutenção dos objetivos fixados pelo nível político, posto que é este nível que vai determiná-lo.

As situações previstas na doutrina são de guerra ou não guerra – a questão de guerra que o Brasil não vivencia. Então, é o emprego do poder militar na plenitude, é todo o esforço da nação para que possa se contrapor àquele grave conflito; e também existem os assuntos civis de forma que as operações possam atingir os objetivos. Não só o objetivo no campo militar, que possa realmente dar solução ao que foi concebido lá no nível político, mas a situação mais real, que é essa aqui, de não guerra. Nela, a defesa tem participado para atender aos anseios nacionais, que são: a garantia dos poderes constitucionais; garantia das atribuições subsidiárias; prevenção de combate ao terrorismo; ações sob a égide das redes internacionais; e emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou de crise. Então, é isso que vai basicamente nortear a nossa ação, que acredito que ocorre dentro dessa discussão.

Assim, nós temos a faixa de fronteira, para a qual existem as diretrizes que estão em vigor e que são de conhecimento de todos. Ela é considerada fundamental para a defesa do território nacional, como consta do texto constitucional. A atuação das Forças militares não deverá comprometer sua atribuição constitucional, que é a defesa da pátria: ela deverá observar as competências constitucionais e legais dos órgãos de segurança pública e de outros órgãos públicos. A atuação é considerada uma atribuição subsidiária, particular. A subsidiária refere-se ao apoio que a Força tem condições de prover em caso de aumento de calamidade, incêndios e emergências etc., entre outras situações. A Força poderá atuar, também, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, constituídos entre si no cumprimento de ações estabelecidas.

Eu falo isso porque qualquer mobilização da Força se volta para situações de guerra, só que nós temos condições de nos adaptarmos para a situação pontual, específica, sem atrapalhar ou ir de encontro às atribuições normais dos órgãos que pontualmente estão atuando nesse espaço. Então, uma palavra importante é a coordenação: a Força atuará em coordenação com os órgãos do Executivo, em particular com os de segurança pública, e que seja, inclusive, desejado o planejamento das ações. Essas ações integradas com órgãos de segurança pública têm a *expertise* de conhecer a área, de estar no dia a dia fazendo esse tipo de operação; e a Força Terrestre, quando vai atuar, acaba perdendo esse normal da segurança pública. A Força Terrestre não integra o que se chama de carceragem prisional civil, dada a consideração de que a lei concede poder para que o Exército,

em situação de normalidade institucional, atue permanentemente na faixa de fronteira, desenvolvendo ações preventivas e repressivas no combate a delitos transfronteiriços e ambientais, sem a necessidade de determinação presidencial. Isso aqui é uma flexibilidade maior que as tropas da faixa de fronteira têm, ao contrário de outras modalidades, por exemplo, uma ação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, que exige aí um trâmite maior dentro do nível político para atuação.

Na faixa de fronteira, podemos atuar dentro da área, com autorização do nosso comando militar de área e dentro da nossa disponibilidade. Essa atuação, considerada atribuição subsidiária particular, não deve ser confundida com missões recorrentes da GLO, mais expressivas, nas quais a situação daquela localidade já está praticamente descontrolada, não há maior disponibilidade das instituições responsáveis em ter condições de atuar, e a sensação de segurança foi seriamente comprometida. Então, aqui, na faixa de fronteira, temos essa flexibilidade um pouco maior. Eu até me permito falar mais da Força Terrestre do Exército, que também é a tropa que tem um número maior de efetivo, sem desmerecer o trabalho fundamental da Força Aérea e da Marinha do Brasil, que nós vamos tecer os comentários mais à frente.

Observa-se que a função de polícia de fronteira não foi passada à Força Terrestre. Como eu falei, não somos polícia de fronteira. A atribuição da polícia da fronteira é da Polícia Federal (PF) e continua sendo dela. Só vou tecer comentários porque, a partir da emissão dessa lei de 2004,<sup>3</sup> ela passou a contar com o auxílio de uma instituição que se faz presente, de um órgão permanente na região. Então, a questão da capilaridade da ação dentro do território nacional facilita essa articulação para que esse trabalho seja integrado e tenha um resultado ainda melhor. O emprego do Exército de forma isolada em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo pode abranger patrulhamentos e revistas de pessoas, de veículos e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito, sendo que o delito deve ser caracterizado como transfronteiriço ou ambiental. Ressalta-se que as ações a serem empreendidas não se resumem a elas, mas a todas as equipes que a Força entenda como sendo necessário atuar. Entretanto, a revista de pessoas e veículos vai se fundar nos casos em que existam fundadas suspeitas. Baseada nas informações da área em que há indícios de haver irregularidades, é lá que a Força deve atuar.

Fazendo um sobrevoo maior ainda no nosso ambiente, na parte sul, onde nós estamos, os estudos mostram que a região está distante dos grandes focos de tensão; que é uma área relativamente pacífica em comparação ao mundo, livre de armas nucleares, tem plenitude de culturas, a questão dos governos... Só que há possíveis

---

3. Lei Complementar nº 117, de 2004, que em seu art. 17-A concedeu o poder de polícia ao Exército Brasileiro para atuar na faixa de fronteira brasileira contra os crimes transfronteiriços e ambientais.

pontos de instabilidades em que nós entramos, alguns interesses divergentes que vêm a ser institucionais: a questão dos ilícitos transnacionais, transbordamentos de conflitos. A questão de fronteira é heterogênea, apesar de que, aqui, no Sul, é de menor intensidade, mas isso na faixa de fronteira compreendemos que temos que nos adaptar às novas situações e estamos imbuídos aí desse tipo de fronteira.

Para o conhecimento maior da situação da defesa, considero importante ter uma noção geral de como o Exército está estruturado e onde vamos nos encaixar (figura 1). Isso aqui é Brasília, Comando do Exército, diretoria que tem um órgão de direção setorial que vai ser responsável pelo preparo e emprego da Força Terrestre que é o Comando de Operações Terrestres (Coter). E ele está vinculado a cada nível hierárquico de comando. Tem comando que foi ativado e outros que foram desmembrados, como o Comando Militar do Norte, que, todos sabem, foi criado recentemente.

FIGURA 1

**Brasil: distribuição dos comandos militares no território (2017)**



Fonte e elaboração: Exército Brasileiro.

A nossa realidade é o Comando Militar do Sul (CMS), situado em Porto Alegre. Dentro desse comando existem regiões militares (RMs) e divisões do Exército. A composição das divisões do Exército tem uma numeração variável: duas brigadas, três brigadas, é a média para uma doutrina. Nós estamos em Uruguaiana, que tem uma brigada. Aqui vai ter a sua prioridade, que será o braço operacional para esse tipo de emprego, atribuição parcial para a área que envolve Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Então, nesses três estados, na faixa de fronteira, as decisões de mais alto nível passam pelo Coter e pelo CMS. Na faixa de fronteira

há uma base atualizada, no caso o Comando Militar do Norte (CMN), do qual foi desmembrado o Comando Militar da Amazônia (CMA).<sup>4</sup>

RMs são grandes comandos administrativos que trabalham com mobilização do serviço militar, e, no caso, nós temos nessa área de fronteira a 5ª Região em Curitiba e a 3ª Região em Porto Alegre (figura 2), para dar todo o suporte às ações, não só na faixa de fronteira, mas em todo o território nacional. Nós consideramos a brigada o módulo básico de emprego, e dentro da nossa área podemos identificar cinco: *i*) Santiago; *ii*) Uruguaiana; *iii*) Bagé; *iv*) Pelotas; e *v*) Santa Maria. É uma guarnição de muitos quartéis, divisões, brigadas e organizações militares vinculadas. Podemos dizer que o Rio Grande do Sul tem um número um pouco além do que outras localidades. Mesmo assim, não podemos dizer que é a situação ideal dentro da doutrina, mas acreditamos que se relativizar nós não estamos tão mal, na minha avaliação. Na organização militar do CMS há organizações que são centros de informação, de tiro de guerra, são planejadores, de apoio operacional e todas as unidades são operacionais. Na Brigada de Cavalaria, situada em Uruguaiana, também tem a conversão dessa parte operacional, mas aqui estão todos os locais onde tem quartel no âmbito do CMS, sem exceção das unidades.

FIGURA 2  
Brasil: RMs do Exército Brasileiro (2017)



Fonte e elaboração: Exército Brasileiro.

Como eu falei, duas RMs possuem uma divisão de Exército por região, no caso a 3ª Divisão de Exército, em Santa Maria, e a 5ª Divisão de Exército, em

4. Mais detalhes dos comandos militares no Brasil disponíveis em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/lv\\_190780\\_fronteras%20do%20brasil\\_cap3.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/lv_190780_fronteras%20do%20brasil_cap3.pdf)>.



Curitiba. Tem um investimento de guardas e a parte de combinação de Polícia do Exército em Porto Alegre. Apenas estão aqui os quartéis de comando diretamente subordinados ao CMS. Nesse regimento estão esses batalhões; no efetivo, cerca de 58 mil soldados militares. E nós temos o serviço militar obrigatório, que não são profissionais, pois existe ano a ano aquela incorporação dos chamados recrutas, que de nove a doze meses dão baixa e, no ano seguinte, precisamente em março, incorpora novo contingente. Por que eu estou reforçando isso? Porque mostra aquela dificuldade de ter o efetivo completo durante alguma parte do ano. Cito agora, no final do ano, que nós estamos com o efetivo completo, mas daqui a um mês e meio haverá baixa e aí o efetivo diminui. Então, é sempre essa situação: quando o soldado está pronto, está em boas condições, temos que dar baixa, até porque há a questão de que nós somos o Exército de mobilização. Somos um Exército ao contrário de alguns países que têm aquele efetivo fixo, aquele quadro de pessoal já fixo. Outra situação dentro da Força é que aquele efetivo previsto no quadro de pessoal nem sempre é contemplado. Todavia, destaco que a maior incorporação para o serviço militar do Exército tem bastante efetivo aqui na área do CMS.

Nós fazemos aqui um parêntese para as forças singulares. A Marinha do Brasil na região Sul tem um distrito naval situado em Rio Grande. O pessoal fala que é uma área marítima, e a área de atuação é bastante ampla, desde a divisa do Paraná com São Paulo até o Chui. A representação de Uruguaiana tem uma delegacia da Marinha, que tem vinculação com esse grande comando, uma delegacia de suporte em Uruguaiana. A Força Aérea no Sul tem o 5º Comando Regional, em Canoas, para coordenar e executar as atividades administrativas de logística necessárias ao funcionamento das organizações militares e subordinadas ou eventualmente desdobradas. A Força Aérea em Uruguaiana tem um destacamento de proteção ao voo, que tem essa subordinação, essa vinculação com esse comando.

Então, senhores, percebe-se que os grandes comandos estão localizados em regiões metropolitanas, mas à medida que vai diminuindo a permeabilidade, também existe um comando, pelo menos o Comando de Brigada aqui na fronteira. Comando de Brigada é um comando de oficial general.

Para o enfrentamento das situações e para acompanhá-las, praticamente é partilhado o território, então, na faixa de fronteira, como eu falei, tem o Comando de Brigada e nele existe uma divisão de responsabilidades. Agora, se o estado só tem uma brigada, como em Florianópolis, ele tem essa responsabilidade também, existe alguma resolubilidade desdobrada. No Rio Grande do Sul temos aquelas cinco brigadas que já citei e elas praticamente têm essa responsabilidade, nenhum problema aqui na 2ª Região. Além disso, o estado tem condições de solicitar autorização da divisão do Comando Militar de Área para que possa desencadear alguma ação. Aqui na área de Uruguaiana, o Comando da Brigada está subordinado ao comando da

divisão em Santa Maria, que é praticamente a nossa vizinha, onde também tem uma brigada e essa responsabilidade. Isso é só um exemplo da situação espacial da nossa divisão de responsabilidades dentro das brigadas. Na nossa brigada tem quartéis em Uruguaiana e Alegrete.

E os problemas? É sabido dos problemas de drogas, armas, munições, cigarros e agrotóxicos, que são um exemplo da nossa área, tanto de um lado quanto do outro. Há vários exemplos de problemas que os senhores têm conhecimento da permeabilidade da fronteira; o vazio demográfico leva a essas questões. Esses são alguns problemas que ocorrem na nossa área. Então, como articular as Forças para além do trabalho preventivo? No trabalho preventivo, nós temos que observar a nossa capacidade, então temos que trabalhar em função da nossa doutrina, com a organização e o adestramento do nosso material, educação, pessoal e infraestrutura para procurar atender àquela demanda. Não temos apenas a organização voltada para o estado de guerra. Se for uma situação de menor impacto, nós rapidamente temos que nos adaptar para atendê-la, e buscamos ao longo do ano essa preparação do nosso contingente. É o que nós estamos falando, de capacidade de cumprir determinada missão.

Voltamos à parte da titulação. O mapa do Brasil está no modo genérico. Vamos nos atentar para a faixa de fronteira, mais em nível de informação, para a questão dos distritos navais, onde estão localizados. Na parte da Bahia, estão mais voltados para a faixa litorânea, mas sem misturar a parte de hidrovias de interiores. Temos aqui o rio Uruguai como exemplo: o Exército já está reforçando a situação das brigadas localizadas no arco Sul. Quanto à Força Aérea, a base aérea mais próxima é Santa Maria, de forma regional Canoas, Florianópolis e Curitiba têm base aérea.

A forma de atuação está baseada no art. 142 da Constituição Federal. Em termos de operação, nós dificilmente vamos atuar sozinhos. Então, a questão dos conflitos, dos combates às enfermidades que existem e que nós trabalhamos integrados, com presença da mídia, a cibernética... O Brasil, também, trabalha a questão da opinião pública: a velocidade dos acontecimentos é muito grande e existem agentes externos também que estão acompanhando tudo isso. O grande anseio é podermos transpor a era industrial para era do conhecimento; existem projetos satélites do âmbito das Forças para que possam alcançar esses objetivos de se adaptar às situações conjunturais da atualidade.

Mais uma vez, falando aqui da cooperação de faixa de fronteira, é necessário ampliar a capacidade do Estado e prover controle e segurança nessa porção do território, dando apoio aos órgãos governamentais. Na atitude de destinação legal cabe realizar a prevenção e retenção a eles. Então, nós compomos essa área operacional sul, e perto da faixa de fronteira tem essas três áreas operacionais.

Falando um pouco dos projetos estratégicos, tem o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que não chegou ao Sul. Está sendo desenvolvido o projeto-piloto lá no Comando Militar do Oeste (CMO), e no futuro ele pode melhorar muito a questão das fronteiras e da fiscalização em termos de radares e sensores. Alguma coisa já está integrada ao Sisfron, existe recurso. Sabemos que por vezes os recursos não atendem dentro da plenitude que gostaríamos, mas tem a questão dos projetos. Sobre a questão de fronteira, que os senhores já têm conhecimento, destaco os *principais crimes* aqui no Rio Grande do Sul: roubo de gado; descaminho; tráfico de droga, pessoas e armas; roubos de carro e carga; exploração sexual infantil; refúgio de criminosos e evasão de divisas – esses são os principais. Os *desafios*: as distâncias, nós já comentamos: a realidade da fronteira, o afastamento dos grandes centros. Existe um Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), um decreto assinado em 2011 e que está em andamento. Aqui a parte fluvial também ganha importância devido às condições fisiográficas terrestre e aérea.

As ações nesse plano baseiam-se em três operações: *i)* de tato e tempo delimitado; *ii)* Ágata, de maior visibilidade; e *iii)* de interagências, que tem um manual doutrinário a respeito disso. A população da Ágata do Sul é maior do que as outras áreas. Então, temos a presença maior aqui no Sul, tem os objetivos políticos também, a presença do Estado, para reduzir a criminalidade, cooperar com os países fronteiriços, e apoiar a população é a premissa maior na faixa de fronteira.

Nossa área de operações estende-se por três países. O quantitativo de emprego dentro das três Forças, tanto na parte que opera quanto no apoio, é de um efetivo de 11 mil homens. Isso falando da Ágata da 3ª Divisão do Rio Grande do Sul, só na área da operação. Agora, essa operação, por sua vez, não consegue atender a todas as áreas de uma vez. Às vezes faltam recursos para procurar atender ao Norte, Sul e Centro-Oeste. Nesse ano, por exemplo, a Ágata do Sul não ocorreu. E, aqui, um fato importante: quando se aumenta a fiscalização, a oportunidade de ter mais parceiros também aumenta, a cooperação interagências acontece. Finalizando, uma maior colaboração aumenta as parcerias, a capacidade de treinamento que é desenvolvida, a coordenação de esforços, e, assim, procura-se ter a flexibilidade de atuar conforme a problemática, atingir aqueles objetivos claramente definidos.

Era isso aí que eu tinha para mostrar para os senhores, e espero ter contribuído. Muito obrigado.

#### **Bolívar Pêgo** (Ipea – moderador)

Coronel Eduardo, muitíssimo obrigado pela excelente exposição. Passo a palavra para o superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF), João Francisco.